



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/128/2024
Processo Administrativo n.º 2024-D0WCB

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A **SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA POPULAR – CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA**, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E MODALIDADE RESIDÊNCIA INCLUSIVA, PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA, ACOLHIDOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA POPULAR - CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA, POR MEIO DE DESPESAS DE CUSTEIO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, e a **SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA POPULAR – CENTRO DE APOIO SOCIAL ALIANÇA**, inscrita(o) no CNPJ sob nº 27.452.184/0006-91, com sede à Rua Claudionor Mariano - nº 438, Bairro Nossa Senhora Da Penha, Iúna/ES, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) Sr(a). **CREUZA MARIA DE ASSIS**, portador da CI nº [REDACTED], órgão expedidor [REDACTED] e inscrito(a) no CPF sob o nº. [REDACTED], resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2024-D0WCB e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto Cooperação Técnica e Financeira para oferta do Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade abrigo institucional, para crianças e adolescentes, e modalidade residência inclusiva, para jovens e adultos com deficiência,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

acolhidos pela Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança, por meio de despesas de custeio, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 199.997,04 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de **R\$ 199.997,04 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 660 ED: 3.3.50.43 R\$ 199.997,04

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.1 – O presente Termo Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **28/02/2026**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- I – extrato da conta bancária específica;
- II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II – os impactos econômicos ou sociais;
- III – o grau de satisfação do público-alvo;
- IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

CREUZA MARIA DE ASSIS
Presidente/Diretor da Sociedade Brasileira de Cultura Popular – Centro de Apoio Social Aliança



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CREUZA MARIA DE ASSIS
CIDADÃO
assinado em 28/11/2024 10:43:19 -03:00

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 28/11/2024 10:54:00 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 28/11/2024 10:54:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUZIENE APARECIDA GUZZO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-W8DL9C>

**PLANO DE TRABALHO**

(Artigo 22 da Lei n° 13.019/2014, alterada pela Lei n° 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza n° 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Site eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança		CNPJ 27.452.184/0006-91
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Claudionor Mariano, n° 438		
Bairro Nossa Senhora da Penha	Cidade Iúna/ES	CEP 29.390-000
E-mail da Instituição centrodeapoiosocial@hotmail.com		Sítio eletrônico de divulgação da parceria
Local físico de divulgação da parceria Sede do Centro de Apoio Social Aliança		
Telefone 1 (28) 99984-3684	Telefone 2 (28) 99925-4720	Telefone 3 (28) 99919-3088

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Creuza Maria de Assis		CPF: [REDACTED]	
N° RG [REDACTED]	Órgão Expedidor [REDACTED]	Cargo na OSC Presidente	Mandato vigente até 18/11/2028
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade Vitória/ES	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 () --	Telefone 3 () --	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Cecília Cláudia Nunes Mont'Mor		
Área de Formação Psicóloga		N° do Registro no Conselho Profissional CRP n°4881 /16ª Região
Bairro [REDACTED]	Cidade Iúna	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone do Técnico 1 [REDACTED]	Telefone do Técnico 2 [REDACTED] – Poliana (Assistente Social)	



5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1 Breve histórico e finalidade da OSC

O Centro de Apoio Social Aliança (CASA) foi fundado em abril de 2001, no município de Iúna. No ano de 2004, a Sociedade Brasileira de Cultura Popular assumiu os serviços como Organização da Sociedade Civil (OSC), que são entidades privadas, sem fins lucrativos, cujas atividades buscam atender o interesse público.

Atualmente o CASA oferta dois serviços de acolhimento, sendo o primeiro para Crianças e Adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção de as famílias, e o segundo, para Jovens e Adultos com deficiência, em situação de dependência que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.

Destacamos que ambos serviços são desenvolvidos separadamente dentro da Instituição, possuindo ambientes reservados aos dois públicos, com equipe técnica, coordenação e cuidadores distintos, com capacidade para atender, de maneira integral as demandas apresentadas.

5.2 Principais ações na área da assistência social

Trata-se de um serviço de acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional e Residência Inclusiva, ambos desenvolvidos no âmbito da Proteção Social de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são executados em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, promovendo a garantia de direitos dos usuários acolhidos.

5.3 Caracterização do serviço socioassistencial

O trabalho desenvolvido nas instituições, são pautados nas Legislações e Resoluções vigentes, considerando as Leis que direcionam sobre a execução dos serviços. Dessa forma, consideramos a Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009 – tipificação nacional de serviços socioassistenciais e outras normativas da área); Lei 13.019 de 31 de julho de 2014; Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente; Resolução conjunta CONANDA/CNAS Nº 1, de 18 de junho de 2009 - *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, e; Orientações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residências Inclusivas.



5.4 Perfil do público beneficiário da entidade

Acolhimento de crianças e adolescentes, de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos, com possíveis medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade momentânea de cuidado e proteção por sua família, conforme previsto no artigo 101, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Acolhimento para jovens e adultos com deficiência, de 18 (dezoito) à 59 (cinquenta e nove) anos, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.

5.5 Capacidade de atendimento

Em consonância com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, a modalidade de Abrigo Institucional possui capacidade máxima de acolhimento para até 20 (vinte) usuários. Já a Residência Inclusiva, apresenta capacidade para até 10 (dez) usuários, cujos vínculos familiares foram rompidos.

5.6 Metodologia de trabalho

Estes serviços contam com a parceria do Poder Público Municipal (Iúna, Irupí, Ibitirama, Divino de São Lourenço e Apiacá) para sua efetivação, sendo o Centro de Apoio Social Aliança, a única Instituição que oferta estes serviços na região.

Temos parceria com o Poder Público (onde a maior totalidade dos recursos são repassados para custeio de RH – e por se tratar de uma instituição que funciona 24 horas, em caráter ininterrupto, o custo/manutenção do serviço é alto), além de auxílio/apoio da sociedade em geral com pequenas doações. Dessa forma, por se tratar de uma OSC, sem fins lucrativos, necessitamos de auxílios e colaboração para o desenvolvimento do serviço, almejando cada vez mais, ofertar maior qualidade de vida ao público atendido no Centro de Apoio Social Aliança.

Tratam-se de serviços ininterruptos, onde os acolhimentos na modalidade do Abrigo são realizados por meio de avaliação/demanda do Conselho Tutelar, podendo acontecer à qualquer horário. Já na Residência Inclusiva, os processos são encaminhados por meio do CREAS (após acompanhamento, tentativas de família extensa, etc), onde a Equipe da Instituição avalia o processo, se de fato é perfil do serviço e então realiza (ou não) o acolhimento.



6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação Técnica e Financeira para oferta do Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade abrigo institucional, para crianças e adolescentes, e modalidade residência inclusiva, para jovens e adultos com deficiência, acolhidos pela Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança, por meio de despesas de custeio.

6.2. Objetivo geral

Promover a melhoria das condições materiais, bem como na execução de serviços ofertados pelos projetos existentes na OSC, sendo eles serviços de alta complexidade na modalidade Abrigo Institucional para crianças e adolescentes e Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência, conforme o serviço socioassistencial preconiza e suas respectivas demandas, que são ofertados pela OSC dentro do município de Iúna e também com parcerias com os Municípios de Irupi, Ibitirama, Divino de São Lourenço e Apiacá.

6.3. Objetivos específicos

- ✓ Ofertar de forma qualificada a proteção integral dos usuários acolhidos;
- ✓ Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto, conforme descrito pelas seguranças afiançadas pelo SUAS no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- ✓ Garantir a Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- ✓ Realizar transporte e acompanhamento dos usuários, para atividades, estudos, consultas, etc, quando necessário.

6.4. Público beneficiário da proposta

Até 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família, afastados temporariamente do poder familiar e acolhidos no serviço de acolhimento institucional, e; Até 10 jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, na modalidade de Residência Inclusiva.



Por meio da efetivação da parceria, no ano de 2025 serão custeados o pagamento de salários da Equipe Técnica, que são profissionais essenciais ao funcionamento do serviço de acolhimento. Destacamos, que o recolhimento de encargos sociais e trabalhistas, bem como, possíveis rescisões de contratos de trabalho, serão custeados pelas parcerias com os municípios, cabendo a efetivação deste plano apenas o salário mensal, férias e décimo terceiro (que não é caracterizado como encargos sociais e trabalhistas).

Quanto as adaptações, reparos e alguns consertos, consideramos importante, previamente contextualizar sobre a OSC. Esta, trata-se de uma Instituição de construção antiga, e que devido a limitação de recursos, não conseguimos realizar manutenções, reparos e melhorias frequentes e essenciais para o bom funcionamento do serviço. Por exemplo, a rampa que dá acesso as crianças (do Abrigo) ao segundo piso (onde está localizada sala, banheiro e dormitórios) está descoberta. Em 2019, houve fortes chuvas na região e resultou na queda de um muro que danificou e comprometeu a rampa. Com muito esforço, doações, ações beneficentes, entre outras, à instituição conseguiu reconstruir a rampa com recursos próprios. No entanto, por serem limitados (os recursos), não conseguimos concluir as adaptações necessárias. Atualmente temos materiais comprados, mas não temos recursos para desenvolver as ações devido a não possuir condições para mão de obra. Como dito acima, a rampa está descoberta. Em períodos de chuvas, as cuidadoras precisam descer criança por criança com guarda-chuvas (visto que o refeitório – e todas as refeições – são realizadas no primeiro piso), para não se molharem tanto. Frequentemente temos bebês e crianças pequenas acolhidas, então descer com carrinho e itens necessários torna-se desafiador. Além da cobertura da rampa, a instituição apresenta outras diversas demandas, como o acesso dos acolhidos na Residência Inclusiva à rua, que enfrenta situação semelhante, onde parte dos usuários são cadeirantes e para saírem para aula, APAE, consultas e outros, precisam acessar o carro (que fica na área externa da Instituição). Quando há chuvas, somado ao comprometimento físico e mental dos usuários, eles se molham consideravelmente, precisando as vezes remarcar alguns compromissos (mediante intensidade da chuva), devido a impossibilidade de sair e acessar o veículo.

Há ainda, necessidade de reparos, consertos e adaptações na entidade de forma geral. Frequentemente enfrentamos problemas na parte elétrica, hidráulica e devido a limitação de recursos, vamos resolvendo e adaptando na medida do possível. Temos ainda dois cômodos (despensa – onde ficam armazenados alimentos, e; cômodo onde são realizadas as atividades grupais, educacionais e de artesanato com os usuários – que precisa de uma iluminação mais adequada) necessitando de adaptação (instalação de uma janela em cada).

A importância da efetivação dessa parceria, é indispensável e fundamental para melhorias na execução destes projetos, que estão diretamente ligados a oferta de serviços de qualidade e



que sejam capazes de fazer a diferença aos usuários acolhidos, a fim de garantir os princípios da Proteção Integral, da condição de sujeitos de Direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, do Direito ao convívio Social e acesso às Seguranças afiançadas pelo SUAS. Destarte, além da melhoria e qualidade na execução dos serviços, a efetivação da parceria oportunizará vivências e experiências significativas e marcantes na vida dos usuários, como por exemplo, a realização de passeios, em locais onde 95% do nosso público desconhecem (praia, zoológico, etc).

As atividades são executadas conforme preconiza o serviço e seguindo as orientações técnicas para o serviço, conforme o MDS, além do respaldo com Ministério Público e Poder Judiciário, em parceria com a secretaria de desenvolvimento social dos municípios parceiros.

Ao realizar essa parceria, a entidade oportunizará um acolhimento com maior qualidade, estrutura e acessibilidade aos usuários, para isso, necessitamos de um trabalho pautado nas legislações vigentes, como: Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente; Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e Resolução conjunta CONANDA/CNAS Nº 1, de 18 de junho de 2009 - Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, bem como Orientação Técnicas para o Serviço de Acolhimento em Residências Inclusivas.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
PAULA MOREIRA (RESIDÊNCIA INCLUSIVA)	SERVIÇO SOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	20 HORAS
CECÍLIA CLÁUDIA NUNES MONT'MOR (ABRIGO)	PSICÓLOGA	PSICÓLOGA	30 HORAS

Demais profissionais que atuam diretamente na execução da proposta, mas que serão custeados por Termos de Colaboração com o Poder Público:

Abriço:1 Coordenadora (40 horas semanais); 1 Assistente Social (30 horas semanais); 2 Educadoras Sociais (escala de 12x36 hs); 2 cozinheiras (escala de 12x36 hs); 4 Cuidadoras diurnas (escala de 12x36 hs); 4 cuidadoras noturnas (escala de 12x36 hs); Assistente Administrativo (15 horas semanais).

Residência Inclusiva: 1 Coordenadora (40 horas semanais); 1 psicóloga (15 horas semanais); 2 cozinheiras (escala de 12x36 hs); 4 Cuidadoras diurnas (escala de 12x36 hs); 2 cuidadoras noturnas (escala de 12x36 hs); Assistente Administrativo (15 horas semanais).

**6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário**

A avaliação para aferir o grau de satisfação dos usuários será realizada através de pesquisa de opinião aplicada com questionários em oficinas ofertadas pela OSC, além do monitoramento e acompanhamento da coordenadora de projetos, equipe técnica responsável e a diretoria da entidade.

6.8. Sustentabilidade da proposta

As ações ofertadas por meio deste plano, terão continuidade após o término da vigência da parceria, onde serão utilizadas estratégias para suprir as necessidades das Instituições, de acordo com o Termo de Colaboração com os municípios e também a efetivação de novas parcerias, sejam públicas ou privadas/associados para garantir a sua continuidade/despesas da manutenção/execução dos serviços ofertados.

6.9. Período de execução do objeto

Início: Novembro/2024	Término: Fevereiro/2026
------------------------------	--------------------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Manter oferta do serviço de Acolhimento Institucional para até 20 crianças e adolescentes do Serviço de Acolhimento Institucional em Abrigo, e até 10 usuários com deficiência em Residência Inclusiva, pelo período de vigência da parceria.	Valor (R\$):		
Indicador(es): <ul style="list-style-type: none">- Número de usuários acolhidos no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, aferido por meio de registro institucional;- Número de usuários acolhidos na Residência Inclusiva, aferido por meio de registro institucional;- Atividades socioassistenciais executadas em cada serviço, comprovadas por relatórios de atividades e registros fotográficos;- Grau de satisfação dos usuários atendidos no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, aferido por meio de pesquisa de satisfação;- Grau de satisfação dos usuários atendidos na Residência Inclusiva, aferido por meio de pesquisa da satisfação aplicada aos acolhidos que possuam condições de responder.			
Metodologia de execução: Os serviços socioassistenciais serão ofertados diariamente, de forma ininterrupta, por equipe multiprofissional e em conformidade com as normativas da política de assistência social e com as orientações técnicas existentes.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Atender os acolhidos com qualidade e segurança, proporcionando maiores oportunidades e Garantia de seus Direitos.		Nov/2024	Fev/2026
1.2 Avaliação do grau de satisfação dos acolhidos		Nov/2024	Fev/2026



Meta 2: Custear o pagamento de profissionais (equipe técnica) essenciais para o funcionamento dos serviços socioassistenciais, por um período de 13 meses e 13º salário.		Valor (R\$):164.917,06	
Indicador(es): - Número de pagamentos efetuados, comprovado por meio de contracheques e comprovantes de pagamento.			
Metodologia de execução: A OSC efetuará o pagamento dos profissionais (equipe técnica), conforme definido no Plano de Trabalho, memória de cálculo e mapa comparativo apresentados na época da celebração da parceria. O pagamento dos profissionais dar-se-ão por transferência eletrônica.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Custeio de profissionais (equipe técnica) conforme Tipificação	164.917,06	Nov/2024	Fev/2026

Meta 3: Custeio de mão de obra para reparos, consertos e adaptações no Abrigo Institucional e Residência Inclusiva, a fim de melhorar a qualidade dos serviços ofertados, oferecendo maior conforto e segurança aos acolhidos;		Valor (R\$):19.883,57	
Indicador(es): - Serviço contratado e executado, comprovado por meio de comprovantes de pagamentos e registros fotográficos.			
Metodologia de execução: A OSC realizará cotação de preços com três prestadores de serviço, optando pela melhor proposta (preço médio), efetuando em seguida a contratação do serviço. O pagamento do prestador de serviço contratado dar-se á por transferência eletrônica.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Custeio de mão de obra para pequenos reparos e adaptações	19.883,57	Nov/2024	Fev/2026

Meta 4: Aquisição de material de consumo (combustível), para atendimento das atividades e demandas dos serviços de acolhimento institucional.		Valor (R\$):15.196,41	
Indicador(es): - Combustível adquirido, comprovado por meio de notas fiscais e comprovantes de pagamentos; - Atividades realizadas que demandaram transporte, comprovadas por meio de registros fotográficos e relatório de atividades.			
Metodologia de execução: A OSC realizará cotação de preços com três fornecedores, optando pela melhor proposta (preço médio), efetuando em seguida a aquisição do combustível, conforme previsto no Plano de Trabalho. O pagamento do combustível dar-se á por transferências eletrônicas.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Custeio de combustível (gasolina comum) para atender as demandas da OSC	15.196,41	Nov/2024	Fev/2026

**8. PLANO DE APLICAÇÃO**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 15.196,41		R\$ 15.196,41
	Serviços de terceiros – pessoa física	R\$ 19.883,57		R\$ 19.883,57
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica			
	Equipe encarregada pela execução	R\$ 164.917,06		R\$ 164.917,06
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes			
TOTAL		R\$ 199.997,04		R\$ 199.997,04

8.1 Detalhamento das despesas**8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)**

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Combustível (gasolina comum)	L	2313	R\$6,57	R\$ 15.196,41
Subtotal				R\$ 15.196,41

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Custeio de mão de obra para pequenos reparos e adaptações	ME	01 mês	19.883,57	R\$ 19.883,57
Subtotal				R\$ 19.883,57

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Assistente Social (20 horas semanais – salário e encargos)	ME	14	R\$ 4.711,91	R\$ 65.966,74
Psicóloga (30 horas semanais – salário e encargos)	ME	14	R\$ 7.067,88	R\$ 98.950,32
Subtotal				R\$ 164.917,06

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)	R\$ 199.997,04
--	-----------------------



9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025
R\$199.997,04					
MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026		

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025
MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026		

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- a) A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- b) A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- c) Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- d) Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- e) Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

lúna/ES, ___ de _____ de 2024.


Assinatura do Representante Legal

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em ___ de ___ de 2024. .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CREUZA MARIA DE ASSIS
CIDADÃO
assinado em 28/11/2024 10:31:53 -03:00

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 28/11/2024 10:37:25 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 28/11/2024 10:37:26 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUZIENE APARECIDA GUZZO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-67RR96>

DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES, CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº 809/2015.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, no uso da sua atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, alínea "o", faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado destinado a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da SETADES, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, conforme disposto na Lei Complementar nº 809/2015, para atender ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

O presente Edital é destinado ao provimento de 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico de Nível Superior - Formação: Pedagogia (contratação imediata) e 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico de Nível Superior - Formação: Serviço Social (cadastro de reserva).

As inscrições estarão abertas no período abaixo e deverão ser feitas pelo site www.selecao.es.gov.br. Período de inscrição: 02/12/2024 a 06/12/2024

O Edital completo poderá ser consultado no endereço www.selecao.es.gov.br.

Vitória/ES, 28 de novembro de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1441801

Resumo do Termo de Fomento SETADES/128/2024

Processo nº.: 2024-D0WCB

Registro SIGEFES: 240749

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para oferta do Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade abrigo institucional, para crianças e adolescentes, e modalidade residência inclusiva, para jovens e adultos com deficiência, acolhidos pela Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança, por meio de despesas de custeio.

Valor: R\$ 199.997,04 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos, proveniente da Emenda Parlamentar nº 2024.4383.0006 LOA 2024.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 28/02/2026.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 660

Gestor Titular: Paula de Oliveira Martins Lerbach - N. F. 3290883

Gestor Suplente: Marcia Carvalho Vieira N. F. 3853349

Vitória, 28 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1441620

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/128/2024

Processo nº.: 2024-D0WCB

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para oferta do Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade abrigo institucional, para crianças e adolescentes, e modalidade residência inclusiva, para jovens e adultos com deficiência, acolhidos pela Sociedade Brasileira de Cultura Popular - Centro de Apoio Social Aliança, por meio de despesas de custeio.

Valor: R\$ 199.997,04 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos, proveniente da Emenda Parlamentar nº 2024.4383.0006 LOA 2024.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 28 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1441624

Resumo do Termo de Fomento SETADES/110/2024

Processo nº.: 2024-Z4C8V

Registro SIGEFES: 240708

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Sou Feliz - Organização de Amparo a Idosos.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para a manutenção do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas desenvolvido pela Sou Feliz - Organização de Amparo a Idosos, por meio de realização de despesas de investimento e custeio.

Valor: R\$ 89.737,76 (oitenta e nove mil setecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0499, 0707, e 0183 LOA 2024 e R\$ 255,37 (duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 e 4.4.50.42

Fonte: 500

Gestor Titular: Carliza Pereira Pinto - N. F. 3371387

Gestor Suplente: Márcia Carvalho Vieira - N. F. 3853349

Vitória, 28 de Novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1441648

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/110/2024

Processo nº.: 2024-Z4C8V

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/11/2024 09:44:36 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUZIENE APARECIDA GUZZO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-2LDDNQ>